

-----ATA N.º 3/2015-----

-----Aos 26 dias do mês de junho de 2015, pelas 20:30h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:**-----

-----Vera Lúcia Alves Portugal;-----

-----José Albano Pereira Marques;-----

-----João Paulo Monteiro Antunes;-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa;-----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Joaquim Lopes de Abreu;-----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá;-----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra;-----

-----António Carlos Reis da Fonseca Faria de Almeida;-----

-----Maria Angelina Marques Dias;-----

-----Maria Silvina Achando da Cruz Santos;-----

-----Hélder Achando Costa;-----

-----Luís Filipe Pinheiro da Costa;-----

-----António dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;---

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----

-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro;---

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro;-----

-----Igor Daniel Dias Fiães, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego, em substituição do Senhor António Manuel Pinto Patrício;-----

-----Luís Bernardo Pina Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira;-----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;

-----Aires Manuel Silva Relvas, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Marco Paulo de Andrade Rodrigues, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa;-----

-----Carlos Manuel Morais Santos, Secretário da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide Entre Vinhas e Salgueirais, em substituição da Senhora Teresa Susana Ferreira Tente;-----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----José Rocha Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego.-----

-----**Faltou a esta sessão e justificou atempadamente a sua ausência, o seguinte membro:**-----

-----António Carlos do Nascimento Marques.-----

-----**Faltaram a esta sessão e não justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----Manuel Matos Torres;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, os Senhores Vereadores José Luís Saúde

Cabral, Manuel António de Almeida Portugal e Victor Martins Santos e a Senhora Vereadora Maria do Céu Neves Martins Louro. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, António Manuel dos Reis Álvaro e Flávio Manuel Granjal de Sá, na qualidade de primeiro e segundo secretários respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** começou por cumprimentar todos os presentes, desejando boas férias, uma vez que a próxima sessão, apenas terá lugar no mês de setembro. Atendendo ao facto, de no dia de hoje, se realizarem as festas populares, desejou a todos um bom São Pedro. -----

-----De seguida, o **Secretário da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais**, Carlos Morais Santos, leu documento que se transcreve: -----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Membros da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Membros do Executivo da Câmara Municipal e Excelentíssimos Senhores Deputados. -----

-----Não querendo acreditar que para este executivo, existam cidadãos de primeira e cidadãos de segunda, ou sequer que haja uma diferenciação no tratamento às freguesias do concelho, com base na cor partidária defendida

pelos executivos das freguesias nas últimas eleições, pretendia que o executivo da câmara municipal, esclarecesse a seguinte situação, que é na nossa opinião, completamente desagradável: -----

-----No dia 23 de junho, um membro do executivo da Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais, ligou para a Senhora Eng.<sup>a</sup> Hermínia, a pedir-lhe para mandar o camião da “limpa canal” a Cortiçô da Serra, para fazer a limpeza da fossa, visto que era do conhecimento do executivo da Junta que a empresa se encontrava a trabalhar no concelho de Celorico da Beira. Pedido esse, que foi prontamente negado pela Senhora Eng.<sup>a</sup>, alegando que haveria situações mais urgentes no concelho. Perante esta rejeição, a Junta resolveu contratar os serviços dessa empresa, como já o tivera feito em 2014, perante uma situação de inundação do Largo do Rossio. Para além desta rejeição, a Senhora Eng.<sup>a</sup> alegou ainda, que a Junta de Freguesia não tinha competências para resolver o assunto da fossa. -----

-----No entanto, perante o facto de haver necessidade absoluta de limpeza da fossa, para impedir nova situação de inundação e perante o facto de os cheiros se agravarem nesta altura do ano, a Junta resolveu avançar por sua conta, sabendo obviamente de antemão, que não é de facto da sua competência limpar fossas e sobretudo sabendo que não recebe o dinheiro das taxas que a sua população paga para o saneamento. Fica então a seguinte dúvida: A junta não tem competências para mandar limpar fossas, mas manda limpar, e a câmara que tem competências e recebe as taxas, não manda limpar, nem quer que a Junta limpe. Então ficamos em que ponto? A população de Cortiçô não tem os mesmos direitos da população das aldeias onde a empresa se deslocou esta semana? Expliquem por favor, o porquê da empresa “limpa canal”, nunca se ter deslocado às fossas de Cortiçô da Serra, por conta da Câmara Municipal nos últimos 10 anos. -----

-----Nós entendemos que a situação das fossas em Cortiçô da Serra é uma situação urgente, trata-se de uma necessidade básica da população e

que já devia há muito terem sido deslocadas do centro da Aldeia. Parece-nos óbvio que além da Junta de Freguesia, mais ninguém se mostra interessado ou preocupado com o assunto. Esta despreocupação com a população desta Freguesia, que é a quarta maior do Concelho, só vem acentuar o sentimento que há muitos anos vem sendo sentido de falta de proteção e consideração por parte do executivo do Município.”-----

-----O Senhor **Deputado António Faria** relativamente à contratualização de serviços de consultoria jurídica da autarquia, por um período de seis meses, pretendeu saber qual o valor do contrato. -----

-----Pretendeu também saber, há quanto tempo foi feita a cobertura do pavilhão gimnodesportivo e qual o valor despendido. Disse ainda, e uma vez que a situação da cobertura se mantem, que a autarquia deveria exigir responsabilidades ao empreiteiro.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** congratulou-se com as palavras proferidas pelo Secretário da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide Entre Vinhas e Salgueirais. Disse que esta intervenção vai de encontro ao desafio lançado por si na última Assembleia, ou seja, que as Juntas de Freguesia manifestassem o seu descontentamento relativamente a situações com as quais discordem. Na sua opinião, na Câmara Municipal deveria existir um plano de salvaguarda, para uma intervenção atempada, em casos desta natureza. -----

-----De seguida, pretendeu saber em que fase se encontra o processo de realojamento da comunidade de etnia cigana. Considera, que também a Assembleia Municipal deveria ser parceiro nesse processo.-----

-----Prendeu saber, e após dois anos do processo eleitoral, porque é que as estruturas metálicas usadas pelo PS para a campanha eleitoral, ainda se encontram colocadas. Questionou, se a autarquia está a beneficiar algo com esta publicidade, uma vez que mantem as mesmas. -----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes. Relativamente à intervenção do Secretário da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais, Carlos Morais Santos, disse não se rever no que foi referido. Disse que a técnica responsável não lhe comunicou o sucedido, pelo que, não tinha conhecimento dessa situação. Deu conhecimento de que a “Limpa Canal”, é uma empresa que desenvolve a sua atividade na área da manutenção e reabilitação de infraestruturas de saneamento básico e que foi contratada para efetuar a limpeza das fossas que necessitavam de uma intervenção mais urgente. Quando terminaram o trabalho foram para outros concelhos, com quem já tinham trabalhos agendados. Referiu que quando esta empresa esteve no concelho, havia solicitado à técnica responsável que fosse feito um levantamento das situações mais urgentes, para posterior atuação. -----

-----Disse ainda, que o governo está a reorganizar o sistema da água. A reforma do setor irá agregar, as 19 empresas do grupo Águas de Portugal em 5 empresas regionais. Considera que com esta reorganização, o objetivo será diminuir os preços unitários em baixa, nos municípios de baixa densidade. Referiu que os municípios do Interior irão beneficiar com esta medida, na perspetiva de estabilização dos preços. -----

-----De seguida, e em resposta ao Senhor Deputado António Faria, deu conhecimento de que a contratualização de serviços de consultoria jurídica foi aprovada em reunião de executivo, sendo o valor da mesma de 3800€/mês. No que concerne à cobertura do gimnodesportivo, disse que foi feita através de uma empreitada na sua globalidade, em que a empresa adjudicatária foi a Isolfrei – Estudos e Empreitadas de Isolamentos e Revestimentos, Lda., não tendo neste momento presente o valor da

mesma. Deu conhecimento de que está a decorrer novo concurso para reparação da cobertura.-----

-----Na sequência da intervenção do Senhor Deputado Joaquim Abreu, referiu que as juntas de freguesia devem dar conhecimento à Câmara Municipal das suas preocupações, uma vez que a autarquia não tem capacidade para sinalizar e dar resposta a todas as situações. Relativamente ao processo de realojamento da comunidade de etnia cigana, disse que é um assunto que tem sido debatido em várias reuniões de executivo. Deu conhecimento de que foi rececionado na autarquia um ofício do agente de execução, relativamente ao despejo desta comunidade. Rececionaram também, um ofício da Segurança Social onde era referido que a autarquia teria que assegurar o alojamento, uma vez que esta instituição não teria condições para tal. Nesta sequência, foi enviado *email* ao agente de execução, solicitando a suspensão da execução, uma vez que se trata de agregados familiares com crianças. Referenciou as várias reuniões com o IRHU no sentido de obter financiamentos, que até à data resultaram infrutíferas. Apesar de todos os constrangimentos, deu conhecimento de que o executivo tem uma alternativa de emergência para acolhimento destas famílias.-----

-----Referindo-se ao Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), que foi criado com a finalidade originária de promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multissetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos, disse que o Município de Celorico da Beira não foi contemplado nos territórios a candidatar. Deu conhecimento de que os territórios possíveis de integrar esta candidatura têm um número de habitantes inferiores a 12000, acrescentando que a caracterização passa por territórios especialmente afetados por desemprego, com situações críticas de pobreza, particularmente a infantil e territórios envelhecidos, citando a título de exemplo, os concelhos de Almeida e Fornos de Algodres. Referiu que o

concelho de Celorico da Beira, para além de todos estes requisitos, acresce ainda o facto de ter uma comunidade de etnia cigana, que está em processo de realojamento. Disse ainda, que irá contestar esta decisão. -----

-----No que concerne às estruturas metálicas, disse que a autarquia não recebe qualquer taxa, lamentando que o Senhor Deputado tenha feito tal observação. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** depreende da resposta do Senhor Presidente da Câmara, que as estruturas metálicas são para manter. Na sua opinião, as mesmas deveriam ser retiradas. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** cumprimentou todos os presentes. Relativamente às estruturas metálicas, é de opinião que o executivo agende este assunto na ordem de trabalhos da próxima reunião, no sentido de remover as mesmas. Caso esta situação se verifique, agirá nos termos da lei contra a decisão, uma vez que estas estruturas são pertença do PS e não da autarquia. Quanto às contrapartidas, não existem.

-----Sugeriu que o executivo solicite um parecer sobre a legalidade, ou não, destas estruturas. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que uma das estruturas metálicas tem uns ferros a cair, acrescentando que tal situação dá uma má imagem ao concelho. -----

-----Em resposta, o Senhor **Deputado José Albano** esclareceu que a estrutura a que se refere o Senhor Vereador não é propriedade do PS. Acrescentou que, se nas estruturas metálicas do PS, existir algum tipo de ilegalidade, as mesmas serão retiradas.-----



-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que será pedido um parecer à entidade responsável, relativamente a esta matéria. -----

-----A Senhora **Deputada Vera Portugal** referindo-se à contratualização de serviços de consultoria jurídica, considera o valor do contrato excessivo. Pretendeu saber, que tipo de processos estão afetos a este gabinete, e se esses serviços são exclusivamente para a Câmara Municipal.

-----Relativamente ao Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), que foi criado com a finalidade originária de promover a inclusão social dos cidadãos, referiu que o mesmo já deveria ser do conhecimento da autarquia, uma vez que apresentação já foi feita algum tempo.-----

-----Sobre a comunidade de etnia cigana, referiu que a mesma tem vindo a aumentar, acrescentando que a resolução desta situação é de extrema urgência. É evidente a ocupação ilegal de lotes de terreno, pertença da Câmara Municipal, bem como, de privados, facto que se verifica há vários anos. Para além desta situação, acresce o facto de haver água a correr a fio dia e noite, bem como, a existência de animais de grande porte (cavalos), neste mesmo local. -----

## ORDEM DO DIA

### 1 – APROVAÇÃO DA ATA DO DIA 30/4/2015

-----Foi presente a ata n.º 2, referente à sessão ordinária do dia 30/4/2015, cujo texto foi previamente destruído por todos membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----No que concerne à aprovação da ata, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** pretendeu ser esclarecido sobre a menção às faltas injustificadas na sessão ordinária realizada no dia 26/2/2015, uma vez que os deputados que

se retiraram apresentaram um documento, onde era devidamente justificada a sua ausência, pelo que, considera que a falta não é injustificada. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** requereu e para que não haja dúvidas, que seja solicitado um parecer relativamente a esta matéria, ficando esta decisão a aguardar parecer jurídico. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com 7 abstenções.**-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/4/2015**-----

-----Manuel Matos Torres; -----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão. -----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião (1), que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento que se anexa a esta ata,

considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião (2).-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o documento distribuído continha toda a informação sobre a atividade municipal, desde a última Assembleia Municipal, pelo que, se colocava à disposição dos Senhores Deputados caso pretendessem algum esclarecimento. -----

-----Começou por dar conhecimento do ponto de situação da proposta do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM-BSE, a negociar com a CCDRC, designadamente dos valores a acordar e dos montantes propostos para os projetos do Município de Celorico da Beira. Informou ainda, que os valores apresentados dizem respeito a financiamento FEDER, correspondentes a uma taxa de 85% do valor elegível. -----

-----Deu também conhecimento de que na sequência da reunião com a DREC, está previsto no mapeamento do investimento, na área da educação, para o ensino secundário, um valor aproximado de 2.352.941€ para a Requalificação da Escola Sacadura Cabral. No que concerne ao investimento dos jardins de infância e 1.º ciclo do ensino básico, está previsto no I.T.I. (Investimento Territorial Integrado) um valor de 301.890.00€. -----

-----De seguida, fez referência às candidaturas apresentadas no âmbito do Proder. As candidaturas de Rede Primária destinam-se à limpeza de faixas de gestão de combustível e inserem-se no âmbito da defesa da floresta contra incêndios e as candidaturas às ripícolas destinam-se à limpeza das margens dos cursos de água (ribeiras e rio) e inserem-se na medida Valorização ambiental dos espaços florestais. -----

-----Destacou algumas das reuniões realizadas, nomeadamente, a reunião da “Assembleia Geral das Aldeias Históricas de Portugal”; reunião com a Fundação Inatel/Pousada de Linhares da Beira, relativamente ao evento desportivo *Trail EstrelAçor 2015* e *Mytic Ride 2015* e reunião para análise do parque infantil, geriátrico e *power station*. Mencionou uma

reunião com o Senhor Vice-presidente da CCDRC, Dr. António Veiga Simão, sobre o loteamento da zona industrial A25, a quem endereçou cumprimentos. Fez também referência a uma reunião com a Senhora Delegada Regional da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Dr.ª Cristina Oliveira, a quem dirigiu um agradecimento pessoal, uma vez que olhou para o concelho de forma diferente, permitindo mapear a escola Sacadura Cabral. -----

-----No que concerne aos eventos realizados, agradeceu a quem o acompanhou nas comemorações do Feriado Municipal. Deu também conhecimento dos trilhos homologados. Deu os parabéns ao gabinete Técnico Florestal e Águas e Saneamento, pelo trabalho de identificação das espécies arbóreas e arbustivas em meio urbano. Referiu-se também, à ação de sensibilização sobre a “Separação seletiva dos resíduos” e “Defesa da Floresta contra Incêndios”, bem como, à ação de sensibilização realizada em Prados, em conjunto com a Direção Regional de Agricultura do Centro, dirigida à população em geral sobre a “Vespa das galhas do castanheiro”, que é uma praga que ataca os castanheiros e que pode reduzir a produção de castanha até 90%.-----

-----Deu conhecimento da empreitada beneficiação das Estradas Municipais EM555 e EM616 (Assanhas – Prados – Limite do Concelho (Videmonte) Guarda), que está em concurso. Em curso estão as reparações no gimnodesportivo de Celorico da Beira e a beneficiação da Estrada Municipal EM555 (Carrapichana – Limite do Concelho – Gouveia). -----

-----Informou que uma munícipe havia enviado uma carta para o município, sobre a estrada de Carnicães, acrescentando que o novo quadro comunitário não contempla acessibilidades. De seguida, fez referência a uma notícia publicada no Jornal de Negócios, do dia 12/6, que menciona o facto de o investimento das Câmaras Municipais ter caído 74% desde 2001. Referiu que é preocupante esta queda drástica nos últimos 13 anos, porque o país não vive os melhores momentos e sem investimento não há possibilidade de criação de emprego.-----

-----Endereçou os parabéns aos empreendedores do concelho de Celorico da Beira, uma vez que o total de dormidas na região das beiras, entre os meses de janeiro e abril deste ano, registou um acréscimo de 13,9%, face ao período homólogo.-----

-----Deu conhecimento de que as maiorias dos professores das escolas do distrito, que participaram num referendo promovido pelos sindicatos, manifestaram-se, frontalmente contra, a transferência das competências da educação para os municípios.-----

-----No que diz respeito à questão financeira, a mesma continua a ser delicada, com um montante elevado de dívida, tendo em conta a dimensão do município, apesar de se ter conseguido liquidar as dívidas mais recentes. O valor total da dívida a terceiros é 19.170.000€, tendo-se reduzido a mesma em cerca de 1.000.000€, face a 2014. A lei dos compromissos obriga ao pagamento das dívidas em 90 dias, o que ajuda na redução das mesmas, e o controlo dos fundos disponíveis impede a assunção de despesas sem receita prevista. Relativamente ao FAM, deu conhecimento de que o mesmo deverá ser aprovado até ao início do mês de setembro, pela Comissão Técnica. Após a aprovação, deverá ser convocada uma assembleia extraordinária para aprovação do mesmo, antes de ser remetida para Tribunal de Contas.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, António dos Santos, referiu-se à estrada de Carnicães, para solicitar que pelo menos, os buracos fossem tapados, já que não há possibilidade de efetuar a sua requalificação. Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que irão proceder à reparação da mesma.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** congratulou-se pelo facto da estrada de Prados – Videmonte, vir a ser executada, bem como, pela limpeza da mata junto ao campo de futebol. Espera que o pedido do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal seja tido em consideração.----

-----  
-----**4. PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2014**-----  
-----

-----Foi presente para apreciação, as Contas Consolidadas de 2014 do Município de Celorico da Beira, documento cuja cópia se anexa a esta ata **(3)**, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----  
-----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao técnico, Dr. José Tavares, para fazer a apresentação dos documentos. Começou por dizer que as contas consolidadas são a junção das contas individuais das entidades que compõem o grupo municipal (Município e EMCEL), onde são excluídas as operações entre as duas entidades (compras, vendas, participação financeira, transferências, etc...). Disse que as contas consolidadas dão uma ideia da situação financeira do grupo municipal como um todo. Essencialmente, os valores dos balanços e das demonstrações de resultados das duas entidades são somados, e subtraídas as operações recíprocas entre as entidades. -----

-----Disse também, que no balanço são excluídos no ativo os valores da participação financeira do Município na EMCEL, são ajustados os valores de imobilizado da EMCEL de acordo com o POCAL, e são eliminadas as dívidas do Município à EMCEL. No balanço, são também excluídos dos capitais próprios os valores da participação financeira do Município que compõem o capital da EMCEL, são excluídos os valores das provisões relativas à participação financeira, e é onde se reflete os ajustes dos critérios de homogeneização de valores entre o POCAL e SNC, bem como, são ajustados valores de anos anteriores. No passivo do balanço também são excluídos os valores em dívida do Município à EMCEL.-----

-----De seguida, referiu que na demonstração de resultados, são eliminadas as despesas e receitas que cada entidade teve entre si (faturas de bens e serviços ao município e subsídio à exploração à EMCEL), o que dá um resultado líquido do grupo municipal. Mencionou a grande redução

da dívida do grupo consolidado em relação a 2013 (1.103.873,26). A dívida reduziu tanto na EMCEL, como no Município, também por força da Lei dos Compromissos. Os proveitos do grupo aumentaram em 838.841,55€, os custos reduziram 177.830,45€, o que fez com que o resultado líquido aumentasse em 1.016.672,00€, face a 2013. O passivo do grupo diminuiu 972.261,73€, face a 2013 e o ativo aumentou 719.773€. -----

-----Referiu que a EMCEL continua a ter uma grande dependência do Município, as operações recíprocas eliminadas na demonstração de resultados totalizaram 507.680,71€. Este valor é inferior ao verificado em 2013, essencialmente por causa da redução do subsídio à exploração atribuído em 2014 e redução dos serviços prestados. No entanto, as relações com o Município correspondem a 76% das receitas totais da EMCEL. O resultado líquido do grupo foi de 1.552.466,49€, ou seja, um aumento face ao ano anterior, reflexo das contas individuais já analisadas em abril. -----

-----A situação financeira do grupo revela grandes dificuldades, refletidas na situação de desequilíbrio financeiro do município. O recurso ao PAEL/FAM prevê o reequilíbrio das contas do grupo e não apenas do Município, estando 1.300.000€ previstos para a EMCEL, caso os financiamentos sejam aprovados pelo Tribunal de Contas. Deu conhecimento de que a EMCEL será internalizada em 2015. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** referiu que à semelhança da decisão tomada aquando a aprovação das contas na sessão de abril, também irão votar contra as contas ora apresentadas.-----

-----**A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 6 votos contra e 5 abstenções, as contas consolidadas do ano de 2014, do Município de Celorico da Beira.**-----

-----**5. 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2015**-----

-----Foi presente para aprovação, a 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2015, documento cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao técnico, Dr. José Tavares, para fazer a apresentação do documento. O Técnico disse que a 1.ª revisão ao Orçamento e GOP's de 2015 agora apresentada e elaborada nos termos do POCAL e da brochura n.º 1 do SATAPOCAL, tem como objetivo essencial transitar o saldo orçamental do ano anterior no valor de 148.558,51€, bem como, prever no orçamento a receita de 300.000€, relativa à compensação dos estragos efetuados nas estradas municipais aquando da construção do parque eólico em Prados, situação acautelada através da assinatura de um Protocolo. Esta receita adicional permite reforçar diversas rubricas da despesa, destacando as seguintes: juros moratórios resultantes de notas de débito emitidas pela empresa Águas do Zêzere e Côa (120.000€); processo judicial - Júlio da Silva Santos (78.000€) e processo judicial – ADCC (20.470,87€).-----

-----Disse ainda, que foram igualmente reforçadas as rubricas relativas a despesas correntes com água, eletricidade, despesas com pessoal, eventos a realizar, entre outras despesas, de acordo com estimativas, sendo que, poderão ser novamente alteradas no futuro.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** fazendo referência à dívida das Águas do Zêzere e Côa, processo que corre termos em tribunal, questionou sobre a possibilidade de a mesma poder ser anulada. Considera, que efetuar o pagamento é uma opção, no entanto, poderá ser uma indicação de que concordam com a dívida.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que em reunião da CIM, os municípios haviam acordado que não iriam pagar os



50% relativos à consignação da receita, nos termos da nova lei. No entanto, entendeu a autarquia de Celorico da Beira que deveria pagar, mas continuando a devolver a faturação. Informou que o município está a analisar o processo e irá colocar uma ação única contra as AdZC, por considerar que não foi cumprido grande parte do estipulado no contrato de concessão, bem como, pelo facto de a autarquia nunca ter recebido qualquer valor pelas infraestruturas que as AdZC rececionaram. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 8 abstenções, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano de 2015.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram 23h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----